

ESPIRITISMO, CARIDADE E ASSISTÊNCIA: FLORINA DA SILVA E SOUZA E A SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE EM SANTA MARIA/RS.

SPIRITISM, CHARITY AND ASSISTANCE: FLORINA DA SILVA E SOUZA AND THE SOCIEDADE ESPÍRITA FEMININA ESTUDO E CARIDADE, IN SANTA MARIA/RS.

Felipe GIRARDI*
Beatriz Teixeira WEBER*

Resumo:

A caridade, em suas dimensões moral e material, constituiu-se em um dos elementos basilares do espiritismo difundido no Brasil, especialmente no que diz respeito à visibilidade pública do movimento espírita. Nesse sentido, para além das práticas individuais e coletivas de caridade espiritual, associada a aspectos doutrinários, as inúmeras sociedades espíritas brasileiras mantêm diferentes tipos de obras assistenciais. Nesse contexto insere-se a atuação de Florina da Silva e Souza como adepta do espiritismo e dirigente da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC), fundada em 1927 na cidade de Santa Maria/RS, e do Abrigo Instrução e Trabalho, criado pela instituição em 1931, sendo estes os objetos de análise neste artigo.

Palavras-chave: Espiritismo; Caridade; Assistência; Santa Maria/RS.

Abstract:

The charity, in its moral and material dimensions, constitutes itself in one of the fundamental elements of Spiritism widespread in Brazil, especially in relation to the public visibility of Spiritist movement. In this sense, beyond individual and collective practices of spiritual charity, associated to doctrinal aspects, the countless Brazilian Spiritist societies keep different kinds of assistance works. In this context, it is inserted the performance of Florina da Silva e Souza as adept of Spiritism and leader of Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC), founded in 1927 in the city of Santa Maria/RS, and of the Abrigo Instrução e Trabalho, created by the institution in 1931, being these the objects of analysis in this paper.

Keywords: Spiritism; Charity; Assistance; Santa Maria/RS.

O espiritismo, especialmente a partir de sua introdução e processo de configuração no Brasil, com o predomínio do aspecto religioso, confere um papel central à caridade, vinculando-a à ideia de evolução espiritual. Segundo a doutrina, esta possui duas dimensões, a moral e a material. Embora a primeira seja considerada como mais importante, devendo, necessariamente, preceder e embasar a segunda, a caridade material

* Doutorando - Programa de Pós-Graduação em História - PPGH-UFSM – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. E-mail: felipegirardi@gmail.com

* Doutora – Professora Titular do Departamento de História – Programa de Pós-Graduação em História - PPGH-UFSM - Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. E-mail: beatriztweber@gmail.com

passou a ser, a partir do final do século XIX, um dos elementos fundamentais do espiritismo brasileiro. Uma das principais formas de prática da caridade adotadas pelos espíritas foi através da criação e manutenção de obras assistenciais, como escolas, abrigos, refeitórios, ambulatórios, dispensários de medicamentos ou consultórios médicos.

A trajetória de Florina da Silva e Souza e da sociedade espírita que ajudou a fundar e dirigir, a Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC)¹, estão profundamente ligadas à promoção de obras assistenciais, voltadas principalmente para a atenção a crianças e jovens em situação de pobreza. Para compreender o tipo de atuação que esses agentes desenvolvem, é necessário considerar as peculiaridades da visão espírita sobre caridade e assistência e as visões e abordagens dadas à questão da infância e da juventude no período em questão. Outrossim, também é pertinente fazer referência a elementos biográficos da vida de Florina da Silva e Souza.

Observando-se os livros de registro e relatórios do Abrigo Instrução e Trabalho, criado em 1931 como uma seção da SEFEC, é possível visualizar as relações estabelecidas com o poder público. O surgimento do abrigo, no início da década de 1930, se insere em um contexto no qual é crescente a preocupação com a atenção ao menor, tanto no que diz respeito ao seu bem-estar quanto em relação às condições de saúde. No entanto, em contraponto, também existia um grande temor no que diz respeito ao perigo em potencial que ofereciam as crianças e jovens em situação de abandono e pobreza. Era necessário oferecer mecanismos e condições para ampará-los e, se necessário, puni-los.

As obras promovidas pelas instituições espíritas, sob a égide da caridade, estão inseridas em um conjunto mais amplo, que diz respeito aos serviços de assistência. Este conceito não está fundamentado na mera existência da pobreza, mas na necessidade de uma “resposta social para o desamparo de uma quantidade cada vez maior de indivíduos”, como resultado das transformações nas relações sociais e de trabalho geradas pela Revolução Industrial (SIMÕES, 2015, p. 40-41). A sociedade civil e o Estado assumiram essa tarefa ao longo do tempo, com diferentes matizes e características. Nesse contexto, insere-se a atuação das entidades confessionais, como é o caso das sociedades espíritas e suas obras assistenciais.

Este artigo, portanto, visa analisar a atuação de Florina da Silva e Souza enquanto adepta e dirigente espírita, e sua inserção na SEFEC e no Abrigo Instrução e Trabalho, bem

como abordar a estrutura e funcionamento desta obra assistencial espírita, entre a sua fundação e a primeira metade da década de 1950, período no qual Florina foi integrante da diretoria da Sociedade.

Espiritismo, caridade e as obras de assistência

O espiritismo é, na atualidade, uma das religiões com maior número de seguidores e expressão pública no Brasil (IBGE, 2010). A doutrina, criada em meados do século XIX pelo pedagogo francês Hyppolite Léon Denizard Rivail, mais conhecido pelo pseudônimo Allan Kardec, tem como princípios fundamentais a crença em Deus, na imortalidade da alma e sua evolução universal e infinita, na reencarnação enquanto etapa desse progresso espiritual contínuo, a comunicabilidade com os espíritos por intermédio do exercício da mediunidade e a existência de uma pluralidade de mundos habitados (ARRIBAS, 2008; KARDEC, 2008; AUBRÉE, LAPLANTINE, 2009; SCHERER, 2013, 2015). Situada entre filosofia, ciência e religião, surgida em um contexto de grandes transformações sociais, econômicas e culturais no ocidente, no qual o cientificismo atingiu grande expressão, a doutrina espírita teve uma considerável difusão.

O espiritismo chegou ao Brasil ainda durante a vida de Allan Kardec. Neste país, adquiriu características peculiares, especialmente se comparado com a matriz francesa, dando origem a um “espiritismo à brasileira”, no qual predomina a dimensão religiosa (STOLL, 2002; ARIBAS, 2008). Trata-se de “uma versão original e não um produto menor, adulterado ou desviante” (STOLL, 2002, p.5). Essa reconfiguração responde a múltiplos fatores, como as discussões internas, as características do campo religioso brasileiro, as oposições e resistências impostas por parte da igreja católica ou da legislação, entre outros. Nesse sentido, podemos afirmar que o espiritismo é, no Brasil, uma prática religiosa baseada na codificação kardequiana, com grande ênfase nos estudos, na leitura e na produção editorial, organizada em uma estrutura federativa capitaneada pela Federação Espírita Brasileira (FEB) e marcada pela promoção de obras assistenciais, como escolas, creches, abrigos, hospitais, entre outros. Sobre este último aspecto, a caridade e a assistência social, dedicaremos maior atenção neste texto.

Florina da Silva e Souza, na tese que apresentou durante o I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul (1945), definiu a assistência social prestada no Abrigo e na SEFEC da seguinte forma:

Instrução e Trabalho – é o produto da inspiração de um espírito superior que aconselhou sua organização si para tanto, estivessem dispostas as obreiras do mesmo a cimentarem seus alicerces com lágrimas e sacrifícios. Posto em prática a inspiração, no decorrer de 14 anos não faltaram as lágrimas os obstáculos as injúrias as dores morais de toda a sorte compensados entretanto pela assistência espiritual que nunca faltou e que sempre se refletiu na assistência material para que fosse levada a bom termo a pequenina obra Abrigo Instrução e Trabalho (1945, s/p).

Nesta passagem, observa-se a vinculação entre assistência espiritual e assistência material. Essa associação é um elemento constitutivo do tipo de caridade que é praticada pelos espíritas. Na codificação de Allan Kardec², a caridade é definida como um dos aspectos fulcrais do espiritismo. Em *Evangelho Segundo o Espiritismo*³, ele afirma:

Meus filhos, na máxima: Fora da caridade não há salvação estão encerrados os destinos dos homens, na Terra e no céu; na Terra, porque à sombra desse estandarte eles viverão em paz; no céu, porque os que a houverem praticado acharão graças diante do Senhor. Essa divisa é o facho celeste, a luminosa coluna que guia o homem no deserto da vida, encaminhando-o para a Terra da Promissão. Ela brilha no céu, como auréola santa, na frente dos eleitos, e, na Terra, se acha gravada no coração daqueles a quem Jesus dirá: “Passai à direita, benditos de meu Pai.” Reconhecê-los-eis pelo perfume de caridade que espalham em torno de si. Nada exprime com mais exatidão o pensamento de Jesus, nada resume tão bem os deveres do homem, como essa máxima de ordem divina. Não poderia o Espiritismo provar melhor a sua origem, do que apresentando-a como regra, por isso que é um reflexo do mais puro Cristianismo. Levando-a por guia, nunca o homem se transviará (KARDEC, 2013, p.212-213).

Para Kardec, a caridade de tipo moral (ou benevolente) é mais relevante do que a caridade material (ou beneficente), pois está relacionada com a progresso espiritual de quem a pratica e de quem a recebe. Ela pode ser levada a cabo através do auxílio ao próximo em relação a questões espirituais e morais, do aconselhamento e da orientação doutrinária. As instituições espíritas mantêm departamentos voltados para a assistência material e para a assistência espiritual que, com as suas peculiaridades, fazem parte da

ampla visão espírita sobre o que é a caridade (DECKER, 2015). No entanto, a “intenção” de fazer o bem deve necessariamente preceder as obras e atividades promovidas em benefício de outrem.

Simões (2015) identifica, ao analisar a abordagem dada por Kardec em relação à prática de se “fazer o bem”, quatro componentes fundamentais da caridade espírita:

1. fazer o bem ocultamente, invertendo a posição assistente-assistido; 2. Buscar os infortúnios ocultos; 3. agir de acordo com suas possibilidades (não esperar a riqueza para agir), sacrificando-se o que se tem (não somente dinheiro, mas tempo, habilidades, entre outros), pelo reconhecimento da necessidade do outro; 4. agir juntos àqueles de quem não se pode esperar retribuição pela ação realizada (SIMÕES, 2015, p.74).

Assistência e caridade não são sinônimos. Nesse sentido, cabe considerar que a “a caridade significa uma ação de boa vontade (benevolência) e de compreensão das dificuldades do próximo (indulgência e perdão); já a assistência é a aplicação da caridade no âmbito social” (Ibid, 2015, p.114). Embora a doutrina não defina procedimentos que caracterizassem uma forma de fazer caridade espírita (o que é corroborado pelo tipo de obras promovidas, que são semelhantes àquelas mantidas por outras denominações religiosas), a interpretação dada ao papel da caridade pelo espiritismo é específica, assentada na vinculação entre a prática da caridade e a salvação do agente (Ibid, 2015, p.114-115).

Nesse sentido, é necessário destacar que, no discurso espírita, a assistência material não deve ser entendida como uma “esmola”, pois deveria ser necessariamente acompanhada de ações que visem a promoção espiritual do assistido (SIMÕES, 2015). Este, cabe sublinhar, não precisa necessariamente aderir ao espiritismo para ser atendido, embora possa ser convidado a participar de atividades espíritas. A conversão não é um objetivo, mas os serviços oferecidos estão pautados pela doutrina, ou seja, a religião e a assistência se aproximam (GIUMBELLI, 1998). No entanto, a relação entre assistente e assistido é pautada e conduzida pelo primeiro. Assim sendo, deve-se remarcar que

(...) a salvação “espírita” não está mais no exercício da caridade, mas na prática da caridade “espírita”, aquela que associa ação material à ação espiritual e que compreende, como necessidade última, ou fundamental, do assistido, a necessidade espiritual. É com esse mote que os autores

espíritas constroem uma hierarquia entre assistente-assistido, configurando uma relação paternalista e de tutela (SIMÕES, 2015, p. 115).

A visão sobre a caridade e o modelo de assistência social desenvolvido pelo espiritismo devem ser relacionadas à forma como os espíritas abordam as questões sociais, pautada principalmente pela doutrina de Kardec. Conforme *O Livro dos Espíritos*, partindo do pressuposto de que as pessoas, apesar de serem naturalmente iguais, seriam diferentes do ponto de vista das aptidões desenvolvidas ao longo da vida e pelo caminho de evolução espiritual traçado, marcado pelo exercício do livre-arbítrio (KARDEC, 2013). Isso ajudaria a explicar a existência das diferenças sociais e o papel que os espíritas deveriam exercer. Nesse sentido, Decker (2015) afirma que

A escolha da caridade enquanto uma força promotora da evolução guarda ainda uma concepção da realidade social firmada segundo princípios morais, uma vez que a desigualdade social (ou material) comumente pode ser associada a faltas (ou méritos) de ordem individual cometidas em existências anteriores, que repercutem de alguma forma no plano espiritual (2015, p.401).

A caridade espírita, nesse sentido, visa contribuir para o progresso espiritual de assistentes e assistidos e, do ponto de vista material, remediar a pobreza dos mais necessitados. Não há um ideal de transformação ou revolução social. O assistente visa contribuir com a melhoria das condições de vida e, sobretudo, com a salvação espiritual do assistido, mas esta depende, em última instância, dele próprio e das escolhas que realiza.

No Brasil, a caridade é um elemento fundamental para explicar o desenvolvimento histórico do espiritismo, ajudando a explicar a sua inserção e legitimação social. A bibliografia associa essa questão com o processo de consolidação do caráter proeminentemente religioso do espiritismo brasileiro (GIUMBELLI, 1997; STOLL, 2001, ARRIBAS, 2008). Esse processo está associado ao papel assumido pela Federação Espírita Brasileira (FEB) a partir do final do século XIX, e à atuação de dirigentes espíritas como Adolfo Bezerra de Menezes, e a criação do Serviço de Assistência aos Necessitados na FEB⁴. Trata-se de um contexto marcado pelas discussões internas no seio do movimento espírita⁵, com a existência de uma pluralidade de ideias e interpretações doutrinárias⁶, bem como pela necessidade de dar respostas aos detratores, como a Igreja Católica, a medicina tradicional e o poder público, especialmente a partir do Código Penal de 1890, que

associava a prática do espiritismo ao exercício ilegal da medicina. A configuração de um espiritismo marcadamente religioso, marcado pela aproximação a práticas e valores católicos, é uma das respostas encontradas pelos espíritas nesse panorama.

No contexto de disputas entre catolicismo e espiritismo, que não é o foco desta análise, é pertinente considerar que a promoção de obras sociais é um elemento em comum entre as duas religiões. Camurça (2001) ressalta que ambas compartilham a concepção de caridade cristã e a sua prática através da realização de obras em benefício de outrem. As obras de assistência social promovidas por uma ou outra, como abrigos para menores, escolas, oficinas profissionais, entre outras, apresentam semelhanças.

Os debates sobre a questão do tratamento a ser dispensado aos menores em condição de vulnerabilidade se estabeleceram no final do século XIX e se fortaleceram no início do século XX. No entanto, prevaleceu uma ótica ambivalente, que, ao mesmo tempo, trata a criança como “em perigo” e como “perigosa” (SILVA, 2010). O Estado passa a abordar de forma mais intensa essa questão, especialmente no que diz respeito à legislação. Em 1923, é publicado um decreto que estabelece um regulamento sobre a proteção e assistência aos menores abandonados e delinquentes, e, em 1927, é criado o primeiro Código de Menores brasileiro. A utilização do termo “menor” não tem a mesma abrangência atual, pois diz respeito apenas àquelas crianças e jovens abandonados pelos pais ou cuja guarda foi retirada, ou em condição de “vadiagem”, “mendicidade” ou “libertinagem” (GIRARDI, 2014, p.30). Através desse Código,

O poder público passava a ter o poder de intervenção direta na vida de crianças e adolescentes. Previa os casos em que o Estado deveria agir para garantir a vida e a saúde dos menores e os instrumentos para evitar que eles se tornassem infratores. A questão da delinquência era considerada como fundamental, e parecia ser inevitável que, sem nenhum tipo de amparo, esse seria o caminho destinado para crianças e adolescentes (2014, p.31).

Nas décadas seguintes, o Estado passa a atuar de forma mais ativa nessa questão, especialmente a partir do governo Vargas e do período do Estado Novo, criando órgãos como o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), o Departamento Nacional da Criança (1940), o Serviço de Assistência a Menores - SAM (1941) e a Legião Brasileira de Assistência - LBA (1942). Os Juizados de Menores, que passariam a ocupar um lugar

central na regulação e controle da situação dos menores, foram estabelecidos pelo Código de 1927 (GIRARDI, 2014). As obras de ação social mantidas por entidades confessionais, como as católicas e espíritas, se inserem no aparato de proteção e amparo a crianças e jovens, assim como as públicas. Na documentação do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho e da SEFEC, por exemplo, aparecem menções a alguns desses órgãos, em relação a petições ou intervenções da justiça.

Considerando as peculiaridades da visão espírita sobre a caridade e a assistência social e o tipo de obras promovidas pelas sociedades espíritas, bem como a sua inserção em um contexto mais geral no que diz respeito à atenção dada às crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e abandono, é pertinente abordar o caso específico da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade, do Abrigo Instrução e Trabalho e da trajetória de Florina da Silva e Souza nestas entidades.

Florina e sua autobiografia: Uma espírita

O espiritismo, enquanto movimento organizado, chegou a Santa Maria no início do século XX. Em 25 de dezembro de 1903, no distrito de Água Boa, foi criada a Sociedade Espírita Paz, Amor e Caridade – Francisco da Silveira. Nos anos seguintes, surgiram outras casas espíritas, como a Sociedade Espírita Mont’Alverne (1910), a Sociedade Espírita Dr. Adolfo Bezerra de Menezes (1915) ou a Sociedade Caminho da Verdade (1920), entre outras (ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE, 2001). Dentre as pessoas que participaram da fundação de algumas dessas sociedades, estão Florina Pereira da Silva⁷, seus familiares e seu futuro esposo, João da Fontoura e Souza⁸. Nas décadas seguintes, ela e a família atuaram em várias outras entidades espíritas, contribuindo, portanto, para a constituição e desenvolvimento do movimento espírita na cidade. É pertinente destacar a criação de uma entidade que visava congregar as distintas casas espíritas de Santa Maria, a Aliança Espírita Santa-mariense (1921), com a participação de Florina e João em sua primeira diretoria.

Enfatizamos a relevância das escritas de si para a família, ao abordar elementos biográficos da família Silva e Souza e sua atuação em diferentes campos, sobretudo o religioso, através de sua inserção no movimento espírita santa-mariense, e da saúde, através da promoção de serviços assistenciais, farmácias e clínicas médicas (GIRARDI, 2017).

Escrever sobre si é um exercício de reflexão acerca de si, na qual o indivíduo expressa a sua percepção sobre a própria trajetória e suas memórias. Uma carta, uma autobiografia ou um diário são exemplos de escritas de si, que podem ser produzidas em resposta a diferentes circunstâncias, com intenção ou não de serem tornadas públicas. É, em certa medida, uma forma de registro de si (GOMES, 2004). Nesse sentido, podemos afirmar que Florina da Silva e Souza, ao escrever uma autobiografia, desejou relatar a sua trajetória e expressar a forma como vivenciou e interpretou as suas vivências.

O conceito de memória é fundamental para compreendermos como as narrativas autobiográficas são constituídas, pois é “através da memória o indivíduo capta e compreende continuamente o mundo, manifesta suas intenções a esse respeito, estrutura-o e coloca-o em ordem (tanto no tempo como no espaço) conferindo-lhe sentido” (CANDAU, 2012, p.61). Este autor divide a memória individual em três manifestações diferentes. A primeira é a protomemória, que está relacionada ao conceito bourdiesiano de habitus, tratando-se de uma espécie de “memória social incorporada”, adquirida ao longo do tempo e que se manifesta de forma involuntária ou inconsciente. A segunda manifestação é a memória propriamente dita ou de alto nível, enquanto a terceira é a metamemória, que é a “representação que cada indivíduo faz de sua própria memória”, o que inclui, também, a memória coletiva (CANDAU, 2012, p.23). Ou seja, a memória que expressamos é, necessariamente, uma interpretação e, também, uma seleção, influenciada por diferentes fatores, individuais e coletivos. Ainda, é pertinente considerar que a memória, embora remeta ao passado, responde a motivações ou influências do presente.

Florina da Silva e Souza e o esposo, João da Fontoura e Souza foram figuras importantes para a constituição do movimento espírita em Santa Maria/RS, especialmente através de sua atuação como dirigentes de sociedades como a SEFEC e a Aliança Espírita Santa-mariense. Casados em 25 de dezembro de 1920, constituíram uma família com quatorze filhos e filhas, cujas trajetórias estiveram ligadas ao espiritismo, à saúde e à caridade. (GIRARDI, 2017). Nesse sentido, é relevante a vinculação da família com a homeopatia, assim como a criação de farmácias, clínicas e hospitais, alguns deles ainda em atividade, como o Hospital Infantil Nenê Aquino Nessi, criado em 1949 como parte da SEFEC, e o Serviço Médico Particular, fundado em 1955, sendo o primeiro serviço médico de urgência da cidade (SAMPAR, 1956, p.1).

A trajetória de Florina como adepta do espiritismo e dirigente de instituições vinculadas ao espiritismo está fortemente associada à Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade (SEFEC). A criação da entidade tem sua origem em reuniões realizadas por um grupo de senhoras na casa de Florina, ainda em 1926, com o objetivo de “fundar uma sociedade de estudos da Doutrina Kardecista e pratica da caridade a todos sem distinção de classe, cor ou nacionalidade” (p.3). A instituição iniciou oficialmente as suas atividades em 13 de abril de 1927. Até 1979, a diretoria da casa era composta exclusivamente por mulheres, embora tenha contado com a colaboração de vários homens, como João da Fontoura e Souza, Octacílio Carlos Aguiar e Fernando do Ó, figuras expressivas do espiritismo santa-mariense (SCHERER, WEBER, 2012). Na atualidade, a instituição utiliza o nome Sociedade Espírita Estudo e Caridade (SEEC), embora seja comumente denominada como Lar de Joaquina⁹, em alusão ao Abrigo mantido pela instituição entre as décadas de 1930 e 1990.

Assim como a criação da própria SEFEC é atribuída ao aconselhamento de um espírito, no caso de Guilhermina de Almeida (SCHERER, WEBER, 2012), o mesmo ocorre no caso do abrigo de menores fundado pela instituição. Na autobiografia *Relatos de “uma existência” começada no ano 1902*¹⁰, Florina afirma ter recebido, em 9 de março de 1931, uma comunicação do espírito de Pantaleão José Pinto¹¹, na qual este teria alertado para a situação de miséria em que viviam muitas crianças. Como resposta, seria necessário criar um abrigo para acolhê-las, vinculado à SEFEC. João mostrou-se contrário à ideia, em virtude da impossibilidade material para que a instituição assumisse essa tarefa naquele momento, o que é corroborado pela tesoureira Nilza Gastal Bastide. Três dias depois, o casal recebeu um pedido de auxílio de uma amiga, Joaquina Flores de Carvalho, que passava por dificuldades financeiras. Sobre a conversa mantida pelas duas, Florina relata que:

Ao me despedir já na rua disse-lhe: Dna. Quinota há três dias recebemos uma jóia do espaço, ela me fez voltar e lêr para ela ouvir, e após perguntou-me, que pretendia fazer diante dessa monumental comunicação? Pretendo fundar um Abrigo. Mal pronunciei estas palavras e minha amiga me pediu encarecidamente que queria cuidar as crianças do Abrigo e ainda nos sedia sua casa por 10 anos sem pagamento, para essa finalidade. Foi como um sonho... minha alma vibrou e ficamos a nos olhar... fiz ela vêr a extensão do que seria um Abrigo e o que poderíamos passar cuidando de crianças doentes, sofílicas de sangue diversos, rudes, teimosas outras que para ali seriam encaminhadas para serem como tenras

flôres desbastadas de seus defeitos e bem cuidadas, para não fenecerem. Nada deteve, estava dito (SOUZA, s/d, p.4-5).

Sobre esse acontecimento e, mais especificamente, em relação ao trecho anteriormente citado, é possível tecer algumas considerações. Em primeiro lugar, é assinalável a importância que Florina dedica à comunicação espiritual recebida, encarando-a como uma missão a ser cumprida. A menção à mensagem de Pantaleão José Pinto deve ser observada como um argumento de autoridade, pois a referência à inspiração espiritual de uma figura reconhecida ajuda a legitimar as escolhas e iniciativas promovidas. Em segundo lugar, a narrativa construída visa dar a ideia de que a oferta feita por Joaquina Flores de Carvalho não é “casual”, e sim responde a essa ideia de cumprimento de uma missão, visto que, como ela afirma, “nada deteve, estava dito” (GIRARDI, 2017). O trecho supracitado também identifica as crianças e jovens pobres, doentes e “rudes” como público-alvo do abrigo, atribuindo à instituição o papel de ampará-las e educá-las e, também, oferecer-lhes uma possibilidade de construir um futuro. Esse ideal seria refletido pelas regras e estrutura de funcionamento que seriam adotados pelo Abrigo Instrução e Trabalho.

Na sequência do texto, Florina da Silva e Souza aborda diferentes acontecimentos sobre os quais constrói um relato no qual ela se vê colocada à prova, enquanto esposa, mãe e espírita. O primeiro diz respeito à uma denúncia junto à prefeitura em relação a uma criança; o segundo é um desentendimento entre Florina e João em virtude de uma ida ao cabeleireiro; o terceiro acontecimento diz respeito à uma situação vivida dentro da Farmácia Cruz Vermelha, na qual um homem, não identificado no texto, palestrante espírita e membro da Aliança Espírita Santa-mariense, a aborda e fala sobre os seus sentimentos (GIRARDI, 2017). A reação de Florina é enérgica, recriminando-o por sua atitude. Diante da negativa, ele afirma que ela lhe pertencia desde “encarnações passadas”, e que um espírito teria dito que ela o amava, recebendo a seguinte resposta:

Não creio em reencarnações e nem no espiritismo, se o sr. recebeu isso porque nunca senti afeição ou simpatia pelo sr.. Não pence que me fez bem se declarando assim, fez-me um mal terrível, não vos suportarei mais, e irei me afastar da Aliança para sempre (SOUZA, s/d, p.9).

Diante da recusa, o homem teria pedido à Florina que não abandonasse a Aliança. Dias depois, ele falou na Tribuna da Aliança sobre o “Perdão das Ofensas”, onde rogava pelo perdão dos ofendidos aos ofensores. Sobre esse acontecimento, Florina afirma:

Graças a Deus essa tentação não foi levada a efeito, tive muita pena daquele homem que não compreendeu a minha responsabilidade como mãe de 10 filhos e uma mediunidade receitista que tantos benefícios tem prestado aos sofredores. Ele um doutrinador convicto, crente e Seareiro do Senhor, teve uma hora de fraqueza, e não teve sequer a noção de que os espíritos maus se apossaram dele para procurarem me perder e o meu trabalho dentro da doutrina. Ele foi médium, permitido pelo meu Protetor, para que os espíritos do mal me tentassem. Graças a Deus fui de uma fibra que nem os maus puderam me desviar. Um dia depois da sua desencarnação veio dizer o conteúdo do bilhete que eu não havia lido Tu és muito feliz ao lado do esposo e filhos. Eu sou um infeliz, longe de esposa e filha de quem me separei. Foi em sonho que me veio falar, e a linguagem dos espíritos encarnados e desencarnados é essa. Graças a Deus venci, venci essa onda de maléficos... (SOUZA, s/d, p.10).

Neste excerto, o espiritismo é a causa e a solução do problema enfrentado por Florina. A situação é retratada como uma prova à qual ela e seu trabalho como espírita é submetida, atribuída a “espíritos maus”. A sua reação foi contundente, e não conseguiram desviá-la de sua missão.

Ao longo dos anos de 1930 e 1940, a SEFEC e o Abrigo Instrução e Trabalho expandiram as suas atividades, criando uma seção masculina no Pinhal, atual município de Itaara/RS, em uma área que pertencia à família Silva e Souza. Também seria criada uma enfermaria, que posteriormente, em 1949, tornar-se-ia o Hospital Infantil (GIRARDI, 2017). Florina da Silva e Souza desejava relatar estas e outras realizações da instituição, e para tal resolveu apresentar uma Tese no I Congresso Espírita do Rio Grande do Sul, que seria realizado em 1945 em Porto Alegre. Segundo o relato da autobiografia, ela tentou escrever um texto, e foi repreendida e contrariada pelo esposo. Na sequência, ela relata uma visão, na qual ela afirma ter vislumbrado uma grande árvore, rodeada por gelo. Essa árvore era a Federação Espírita e eles, espíritas, eram a ponte para que a “pobre humanidade” atingisse a parte viva, e o gelo representava aqueles espíritas que nada faziam pelos “pequeninos de Santa Maria” (SOUZA, s/d, p.3). João da Fontoura e Souza, após ouvir o relato da esposa, escreveu quatorze páginas de papel de almaço, aquela que seria a Tese “Assistência Social”.

O texto foi apresentado por Florina da Silva e Souza no Congresso Espírita, em nome da SEFEC. A reação do público e dos meios espíritas foi positiva, definindo a Tese como uma “joia rara”, “gema preciosa”, “contribuição preciosa” ou “superior visão”.

Scherer (2013) destaca a repercussão da participação da SEFEC no Congresso nas páginas de *A Reencarnação*, revista da Federação Espírita do Rio Grande do Sul (FERGS), e *O Reformador*, publicação da Federação Espírita Brasileira (FEB). Outrossim, foi aprovada uma moção que recomendava aos governos municipal e estadual, bem como à secção estadual da Legião Brasileira de Assistência (LBA), prestar apoio à SEFEC. Nesse sentido, Scherer (2013) afirma que “tais registros atestam o impacto positivo das ações da SEFEC no meio espírita, razão pela qual acreditamos que a instituição tenha sido objeto de grande estima para o movimento espírita santa-mariense” (2013, p.75). Florina ressalta que o texto se deve única e exclusivamente à “Sublime Inspiração”, trazida para o papel pelo marido como médium, sem que ela tenha contribuído diretamente, embora tenha sido cumprida sua intenção de ter uma tese no Congresso (SOUZA, s/d, p.14).

Mais adiante no texto, Florina elenca quatro desejos em relação ao seu futuro e das pessoas próximas:

Janeiro de 1947: Meu coração pertence aos meus queridos: pais, esposo, filhos e demais parentes. Também aos entes queridos que venho procurando encaminhar na vida e que são as abrigadas no Instrução e Trabalho. Com muita esperança venho mantendo a minha vida planetária. Primeiro.. que meus pais não sigam para o Além é o que desejo, isso é um egoísmo que queremos justificar e que não é justo, na família espírita. 2º que meus irmãos, na proporção que vão evoluindo não me deixem em abandono é uma reminiscência do passado que me faz tremer ante o abandono dos meus. 3º Que meu esposo compreendendo os anseios que tenho de fazer algo, que deixei de fazer em outras existências não me embargue os passos para sua realização, trabalhar pela infância que talvez em muito devo. 4º Que meus filhos, dados por Deus, não desmintam a educação espírita, e procurem sempre cumprir suas iniciativas dentro da Seara do Mestre (SOUZA, s/d, p.20).

Nesta passagem, Florina evidencia que sua compreensão de mundo está fundamentada pela doutrina espírita. Enfatiza a importância que o Abrigo Instrução e Trabalho tem para si, visto que equipara as meninas abrigadas a seus pais, filhos, esposo e demais familiares. Evidencia, também, uma preocupação com o futuro que não está circunscrita à sua “vida planetária”, mas também em relação a seu progresso espiritual. Quando faz referência ao esposo, pedindo-lhe que compreenda o trabalho que ela deveria fazer, Florina remete ao princípio espírita de ação e reação, também denominado como carma, pois afirma que deveria fazer aquilo que deixou de “fazer em outras existências”, e,

portanto, deveria cumprir. Por fim, expressa o desejo de que os filhos sigam os princípios da educação espírita.

No geral, a autobiografia de Florina da Silva e Souza constitui um relato biográfico permeado pela formação espírita e pela atuação na SEFEC e no Abrigo Instrução e Trabalho. Na autobiografia, a narrativa elaborada por Florina indica elementos constitutivos de uma identidade permeada pelo espiritismo, que se faz presente de distintas formas ao longo de sua vida. Constitui-se, no texto, uma “Florina espírita”, que apresenta um comportamento característico, e que busca explicações no espiritismo para suas dúvidas e anseios, bem como para as dificuldades que lhe são impostas. Em várias das situações que narra, demonstra preocupação para com o seu futuro, especialmente no que diz respeito a seu progresso espiritual, e também de seus familiares e das crianças e jovens do Abrigo (GIRARDI, 2017).

Caridade e assistência social espírita: O Abrigo Instrução e Trabalho

O Abrigo Instrução e Trabalho funcionou entre as décadas de 1930 e 1990, atendendo a centenas de crianças e jovens de Santa Maria e da região. Ofereceu, para além do acolhimento e da moradia, uma série de serviços voltados para o bem-estar das internas e internos e, também, para a comunidade. Florina da Silva e Souza atuou como dirigente da SEFEC e do Abrigo, e vários de seus familiares estiveram vinculados às atividades da instituição, até o final da década de 1950. Conforme Girardi (2014), a partir dos livros de registro de internos e internas do Abrigo, foram contabilizadas 835 entradas de crianças e jovens¹², majoritariamente meninas, o que se explica pela efemeridade da seção masculina.

O fator mais recorrente para a entrada de novos internos no Abrigo era a pobreza da família. Nesse sentido, são vários os casos de menores que ingressavam na instituição de forma temporária, em função da situação econômica familiar, retornando para casa depois de certo período. A entrega a tutores ou a famílias de adoção também era comum, que podia ser provisória ou permanente. A morte ou doença prolongada de um dos pais/responsáveis, ou dos dois, também era uma causa de ingresso habitual. A maior parte das crianças é retirada do abrigo pela mesma pessoa que as colocou. A melhoria das condições econômicas familiares, mudança de domicílio ou necessidade da companhia da

criança/adolescente são as motivações mais recorrentes. A partir do Código de Menores de 1927 e, especialmente, dos anos 1940, a intervenção das autoridades públicas passa a ser mais intensa, em função da criação de órgãos voltados para a atenção à infância e juventude, como os juizados de menores ou a Legião Brasileira de Assistência (LBA)¹³ (GIRARDI, 2014).

Considerando a condição econômica e social das crianças e de suas famílias, que as levava a buscar o amparo do Abrigo Instrução e Trabalho, como já observou Scherer (2013) e atesta a documentação, era necessário garantir aos menores meios para sua subsistência no futuro, uma vez que, chegada a maioridade, deveriam sair da instituição. A instrução escolar era, nesse sentido, um elemento importante, assim como a aprendizagem de ofícios e tarefas domésticas. Sobre a educação profissional que deveriam receber os menores do abrigo, Florina da Silva e Souza, na tese *Assistência Social*, especifica os tipos de trabalhos que deveriam ser aprendidos, diferenciando as competências que deveriam ser desenvolvidas por meninos e meninas:

Todos os labores próprios para uma moça ou menina pobre devem ser ministrados. Desde o remendo à cultura da horta, a criação de galinhas, abelhas, etc., aproveitando sempre que possível todas as suas qualidades. Se o Abrigo é de meninas dê-se labores próprios para ser formada uma moça, uma esposa de um homem pobre a ao trabalho. Si para rapazes, instrua-se um homem para amanhã ministrando-se conhecimentos que o façam vencer na vida. Nada de artificialismo. Dai a necessidade de existir em um estabelecimento desta natureza oficinas de toda especie. Se o Abrigo é para meninas desde a tipografia, encadernação, pequenos teares, trabalhos em madeira de pequeno porte, como brinquedos, etc. Si para rapazes desde a ferraria, carpintaria, marcenaria, etc Si o Abrigo é para rapazes e situado em zona rural. Como é recomendável destinan-se os trabalhos de oficina aos dias chuvosos as épocas de menos serviços nos campos e as horas de mais calor. Trabalhos para ambos os sexos são: Avicultura tecnica, assim como cunicultura e apicultura (SEFEC, 1945, p.4).

Portanto, as meninas e meninos tinham acesso à educação básica e ao aprendizado de múltiplas tarefas, com uma clara diferenciação de papéis atribuídos a cada gênero. Nos registros, são mencionadas as atividades que cada criança desenvolveu, com algumas valorações sobre o nível de conhecimento/aptidão alcançado. (GIRARDI, 2014). O relatório da SEFEC de 1953 apresenta o seguinte panorama:

As meninas recebem ensino doméstico, confecções, colchoaria, enfermagem, costura, horticultura e cosinha. Mantemos ainda uma pequena tipografia para ensino de Arte Tipográfica, de onde se aproveita para tirar alguma renda para auxiliar a casa. Os meninos aprendem agricultura, criações, trabalhos de tambo e tudo mais que se possa ensinar de utilidade para o dia de amanhã. Muitos meninos já serviram a Pátria e voltaram como reservistas em busca deste lar. Outros tiraram curso de tratoristas e se acham colocados em oficinas mecânica conhecidas da cidade. São atendidos por um casal que cuida da alimentação e vestuário (SEFEC, 1953).

As internas e internos também recebiam educação espírita, dentro das atividades diárias. Em 1939, foi fundada a Juventude Espírita de Santa Maria, que passa a funcionar junto à Aliança Espírita Santa-mariense, com o envolvimento de sua filha Maria Madalena. Sobre a nova Sociedade, Florina da Silva e Souza, em sua autobiografia, afirmou que esta “foi outra entidade que surgiu de meu humilde lar, onde foi cultivada e transplantada com carinho e que sobreviverá para orgulho da família espírita, vendo ali unida a mocidade” (SOUZA, s/d, p.10). Nesta sociedade, segundo Scherer (2013),

As lições eram ministradas com uma metodologia baseada em leituras, seguidas por explicações, e finalizadas com questionamentos dirigidos às crianças, com vistas à fixação dos conteúdos estudados. Também era comum a organização de um programa que designava tanto os evangelizadores quanto as crianças para a elaboração e/ou apresentação de textos, poesias e histórias relacionadas às lições de espiritismo. Segundo os livros de atas, o número de frequentadores era variável, situando-se entre 18 e 26 pessoas. A partir da década de 1950 não há mais referências a este grupo como uma instituição em separado da SEFEC, sendo mais provável que ela tenha se voltado exclusivamente às crianças do Abrigo (2013, p.47).

O Abrigo, enquanto obra assistencial, apresentava características que podem ser visualizadas em um contexto mais geral, considerando a concepção de caridade colocada em prática pelo movimento espírita. Os serviços prestados eram gratuitos e voltados a um público em situação de pobreza. A adesão ao espiritismo não era um pré-requisito para ser atendido, conforme expresso na documentação, característica que é observada de forma mais geral nas obras assistenciais espíritas (GIUMBELLI, 1998; DECKER, 2015; SIMÕES, 2015). No entanto, as meninas e meninos do Abrigo recebiam educação espírita.

No tocante à saúde, outra questão cara aos espíritas, o Abrigo buscou oferecer a atenção necessária, tanto aos problemas físicos quanto aos problemas espirituais, entendidos pelo espiritismo como elementos vinculados (CAMURÇA, 2016). Os registros de internos e os relatórios da SEFEC oferecem diversas informações sobre a atenção à saúde das crianças e adolescentes. Anteriormente à criação do Hospital Infantil Nenê Aquino Nessi, fundado em 1949, como enfermaria e transformada em hospital em 1952, as crianças recebiam atendimento de médicos como Amaury Appel Lenz, Romeu Beltrão, Olegário Maya, Atilio Lofredo e, com maior frequência, Antonio Victor Menna Barreto, e de dentistas como Praudelina Hervé Pinto e Morena Zaneti.

Os problemas de saúde apresentados pelas crianças eram bastante variados. Esse tipo de informação é comum nos registros do primeiro livro de registros, mais especificamente na primeira década do abrigo (anos 1930). Primeiramente, destacam-se casos como o das irmãs O. M. e A. M., ou de M.J.P.A. e O.M.A, que chegaram ao abrigo já doentes, o que é citado de forma genérica, sem especificar a enfermidade. Observa-se claramente que a situação médica das internas referidas está ligada à precariedade de suas condições de vida anteriores ao seu ingresso, bem como à inacessibilidade aos recursos necessários. Outrossim, referências a doenças tratadas enquanto as meninas já estavam internadas (não ficando claro se já estavam doentes ao entrar ou se o diagnóstico foi posterior), também evidenciam problemas ligados à pobreza, habitação insalubre, alimentação inadequada e más condições de higiene. Não é possível afirmar que todos os tratamentos médicos no período anterior à instalação da enfermaria e do hospital infantil tenham sido gratuitos, mas há registros que enfatizam que não houve cobrança pelos serviços prestados. A. M. foi atendida pelo Dr. Amaury Lenz, “que tudo fez grátis por se tratar de uma abrigada e que em breve esteve restabelecida” (GIRARDI, 2014).

Em suma, a partir da documentação da SEFEC, do Abrigo e, também, dos relatos de Florina da Silva e Souza em sua autobiografia (SOUZA, s/d), é possível afirmar que o Abrigo Instrução e Trabalho desempenhou um papel relevante enquanto obra assistencial espírita. Está associado à uma questão que é muito cara aos espíritas, que é a necessidade de oferecer amparo e instrução aos mais necessitados.

Considerações finais

A caridade e a assistência social ocupam um lugar central no espiritismo desenvolvido no Brasil. Deve ser praticada por todos os espíritas e se faz presente nas sociedades espíritas através do amparo espiritual e material àqueles que o necessitam. É mister remarcar que a interpretação dada a esses conceitos pela doutrina espírita é própria. Portanto, a caridade espírita é aquela praticada pelos espíritas, tendo como objetivo último a salvação espírita, que se dá através do progresso espiritual contínuo (SIMÕES, 2015).

Florina da Silva e Souza e sua família construíram uma trajetória fortemente marcada pela adesão ao espiritismo e a construção do movimento espírita em Santa Maria/RS. Em sua autobiografia (SOUZA, s/d), ela elabora um texto no qual relaciona os acontecimentos e a sua reação a eles aos valores e elementos doutrinários. Nesse sentido, é possível afirmar que Florina entende a sua vida como o cumprimento de uma missão, que é a de trabalhar para a infância e juventude pobre, o que fundamenta a sua atuação na SEFEC e no Abrigo Instrução e Trabalho. A memória, para Candau (2012), está relacionada à constituição de identidades. Estas, por sua vez, pautam a formação das memórias. No caso específico deste trabalho, Florina da Silva e Souza elaborou uma narrativa permeada por uma identidade fortemente marcada pelo espiritismo, e busca fundamentar a construção identitária através do relato de uma série de acontecimentos nos quais a sua adesão ao espiritismo é justificada e reafirmada (GIRARDI, 2017).

O Abrigo Instrução e Trabalho deve ser entendido enquanto uma obra assistencial espírita, que visava oferecer educação, saúde, alimentação e o aprendizado de um ofício a crianças e jovens necessitados. Isto posto, observa-se o papel social desempenhado pela instituição. Ao longo do tempo em que desempenhou suas atividades, recebeu internos e internas oriundos das mais variadas regiões da cidade e região, encaminhadas tanto por famílias que recorriam a ele como alternativa para a sobrevivência, visto não haver condições materiais de manter os seus filhos, quanto por órgãos públicos que confiavam a ele crianças em situação de risco ou vulnerabilidade social.

Referências

ALIANÇA ESPÍRITA SANTA-MARIENSE. *Aliança Espírita Santa-Mariense: 1921-2001*. Santa Maria, 2001, s/p.

ARRIBAS, C.G. *Afinal, espiritismo é religião?* A doutrina espírita na formação da diversidade religiosa brasileira. 2008. 226 p. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Sociologia), Universidade de São Paulo: São Paulo, 2008.

AUBRÉE, Marion.; LAPLANTINE, François. *A mesa, o livro e os espíritos: gênese, evolução e atualidade do movimento espírita entre França e Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2009. 403p.

CAMURÇA, Marcelo. A. Breve história da competição religiosa entre catolicismo e espiritismo kardecista e de suas obras sociais em Juiz de Fora: 1900-1960. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora, vol. 7, n. 1, p. 131-154, 2001. Disponível em: <http://www.ufjf.br/locus/files/2010/01/103.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2016.

_____. Entre o carma e a cura: Tensão constitutiva do Espiritismo no Brasil. *PLURA, Revista de Estudos de Religião*. Associação Brasileira de História das Religiões. vol. 7, nº 1, p. 230-251, 2016. Disponível em: http://www.abhr.org.br/plura/ojs/index.php/plura/article/view/1181/pdf_167. Acesso em 22 out. 2016.

CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

DECKER, Norberto. Assistência social espírita e cultura da filantropia: aproximações e distinções entre caridade e ação cidadã. In.: *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 385-405, jan/jun. 2015. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/debatesdoner/article/view/56487>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GIRARDI, Felipe. *A prática da caridade e a atenção à criança pelo Espiritismo: O caso do Abrigo Instrução e Trabalho, em Santa Maria/RS (1931-1973)*. 2005. 52 p. Monografia (Bacharelado em História), Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: 2014.

_____. *Espiritismo, saúde e caridade: um estudo biográfico sobre a família Silva e Souza, em Santa Maria/RS*. 2017. 88p. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2017.

GIUMBELLI, Emerson. Caridade, Assistência Social, Política e Cidadania: Práticas e Reflexões no Espiritismo. In: LANDIM, Leilah (org.) *Ações em sociedade: militância, caridade, assistência, etc*. Rio de Janeiro, NAU, 1998.

_____. *O cuidado dos mortos: acusação e legitimação do espiritismo*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

GOMES, Ângela de Castro. Prólogo. In: _____. (org). *Escrita de si. Escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.7-24.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. 215 p.

KARDEC, Allan. *O Evangelho Segundo o Espiritismo*: com explicações das máximas morais do Cristo em concordância com o espiritismo e suas aplicações às diversas circunstâncias da vida. 131. Ed. Brasília: FEB, 2013. 410 p.

_____. *O livro dos Espíritos*. 2.ed. Rio de Janeiro: Centro Espírita León Denis, 2011. 490 p.

SAMPAR. Boletim médico. *SAMPAR*, Santa Maria, ano 1, n. 1, 26 de março de 1956. 4 p.

SCHERER, Bruno Cortês. *A Federação Espírita do Rio Grande do Sul e a organização do Movimento Espírita Rio-Grandense (1934-1959)*. 2015. 176 p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

_____. *Ações Sociais do espiritismo: A Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade*, Santa Maria - RS (1932-1957). Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013, 87 p.

SCHERER, Bruno Cortês; WEBER, Beatriz Teixeira. Opções de intervenção social do espiritismo: o Lar de Joaquina (Santa Maria - RS). *Revista Brasileira de História das Religiões*. Maringá, Ano V, n 13, p. 93-108, maio 2012. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf12/05.pdf>>. Acesso em 30 dez. 2016.

SILVA, Gustavo de Melo. A responsabilidade “penal” do adolescente no Brasil: uma breve reconstrução sócio-histórica. In: *Ato Infracional: fluxo do Sistema de Justiça Juvenil em Belo Horizonte*. 2010, 162 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. p.49-75.

SIMÕES, Pedro. *Dá-me de Comer: A Assistência Social Espírita*. São Paulo: Edição CCDPE/LHIPE, 2015.

SOCIEDADE ESPÍRITA ESTUDO E CARIDADE. *A assistência social*. 25 de agosto de 1945, p. 4. Acervo da Aliança Espírita Santa-Mariense.

_____. Livro de registro de internas do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho. Santa Maria, Março 1931 – Dezembro 1943. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

_____. Livro de registro de internas do Abrigo Instrução e Trabalho. Santa Maria, 1947-1954. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

_____. Livro de registro de internos do Abrigo Instrução e Trabalho, Santa Maria, 1944-1953. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

_____. Regulamento Interno do Abrigo Espírita Instrução e Trabalho. Santa Maria, s/d. Acervo da Aliança Espírita Santa-mariense.

_____. Relatório da Sociedade Espírita Feminina Estudo e Caridade do ano de 1953. Santa Maria. 1953. Acervo da Sociedade Espírita Estudo e Caridade.

SOUZA, Florina da Silva e. Períodos de “uma existência” começada no ano 1902. Santa Maria, s/d, s/p. Manuscrito.

STOLL, Sandra Jacqueline. Religião, ciência ou autoajuda? Trajetos do espiritismo no Brasil. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v.45, n.2, p.361-402. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012002000200003. Acesso em 21 fev. 2017.

WITTER, N. A. As escolhas do povo. In: _____. *Dizem que foi feitiço: As práticas da cura no Sul do Brasil (1845 a 1880)*. Coleção História-43. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Notas

¹ Não há, na documentação pesquisada, indícios que explicitem os motivos para a criação de uma sociedade exclusivamente feminina. Provavelmente, tal opção está relacionada com os espaços de intervenção social concebidos para as mulheres naquele contexto histórico. É pertinente mencionar que a entidade contou, desde a sua fundação, com a participação de homens em funções auxiliares.

² Entende-se por codificação o conjunto de cinco livros compilados por Allan Kardec, e que são basilares para a doutrina espírita: O Livro dos Espíritos (1857), O Livro dos Médiuns (1861), O Evangelho Segundo o Espiritismo (1864), O Céu e o Inferno (1865) e A Gênese (1868).

³ Simões (2015) alerta que esta não é a primeira vez que Kardec aborda a questão da caridade em sua obra, pois é mencionada n’*O Livro dos Espíritos*. No entanto, é em *O Evangelho Segundo o Espiritismo* que ele lança a emblemática consigna “fora da caridade não há salvação”.

⁴ A Federação Espírita Brasileira (FEB) tornar-se-ia, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, no órgão federativo e deliberativo do espiritismo brasileiro, processo que culmina com o chamado Pacto Áureo, de 1949. A FEB, no entanto, surgiu na década de 1880. Nesse sentido, é pertinente assinar a divergência entre Giumbelli (1997) e Arribas (2008) no tocante ao papel congregador do espiritismo brasileiro assumido pela entidade. Para o primeiro, a FEB passa a exercer esse papel com o tempo, enquanto que para a segunda, ela é criada já com esse ideal.

⁵ A expressão movimento espírita engloba o conjunto de pessoas e instituições que professam o espiritismo, sem necessariamente estarem vinculados aos órgãos federativos, como a FEB.

⁶ Destaca-se, nesse sentido, a influência das ideias de Jean Baptiste Roustaing, contemporâneo de Allan Kardec, especialmente a tese de que Jesus Cristo não nascera pela carne, mas sim através de um corpo fluídico, porém tangível. As ideias de Roustaing tiveram bom acolhimento por parte do grupo religioso e pela FEB, e continuam a influenciar a conformação do movimento espírita no Brasil. No entanto, as suas obras, especialmente *Os quatro evangelhos: Espiritismo cristão ou a Revelação da Revelação*, são muito pouco conhecidas pelos espíritas na atualidade (SCHERER, 2015, p.47).

⁷ Nome de solteira de Florina da Silva e Souza, que aparece nos primeiros documentos da Aliança Espírita Santa-mariense. Florina nasceu em 16 de junho de 1902, em Santa Maria/RS, filha de Alfredo Luiz da Silva e Universina Pereira da Silva. Atuou como professora quando jovem, e, após seu casamento com João da Fontoura e Souza, em dezembro de 1920, teve quatorze filhos. Atuou na Farmácia Homeopática Cruz Vermelha, fundada pelo esposo e por seu pai em 1926, ajudando na produção de medicamentos e no atendimento ao público, posteriormente administrando a empresa após o falecimento de João da Fontoura e Souza. Foi dirigente da Aliança Espírita Santa-mariense (1921), da SEFEC (1927), do Abrigo Instrução e Trabalho (1931), da Juventude Espírita Santa-mariense (1939) e da Sociedade Beneficente de Proteção e Amparo a Criança (1966). Faleceu em 29 de abril de 1971.

⁸ João da Fontoura e Souza nasceu em 25 de março de 1895, na localidade de Travessão, na colônia e atual município de Jaguari/RS, filho de Antônio Pinto de Souza e Maria Magdalena da Fontoura e Souza. Trabalhou, quando jovem, em uma casa comercial de sua família e, posteriormente, após fazer um curso de guarda-livros, passou a trabalhar como funcionário público, nos Correios. Homeopata prático, fundou a Farmácia Cruz Vermelha (1926), e recebeu, décadas mais tarde, o diploma da faculdade de Farmácia de Santa Maria. Atuou, como dirigente, da Aliança Espírita-Santa-mariense e participou da criação de diversas casas espíritas na cidade. Faleceu em 16 de abril de 1963.

⁹ O nome Lar de Joaquina é uma homenagem a Joaquina Flores de Carvalho, primeira diretora do Abrigo Instrução e Trabalho.

¹⁰ A autobiografia *Relatos de uma existência começada no ano 1902* é um manuscrito com 31 páginas, escrito em tempo indeterminado e provavelmente finalizado em 1950, por Florina da Silva e Souza. O texto é contínuo, sem subtítulos ou seções secundárias, e segue uma estrutura cronológica, que é identificável através da menção a datas ou pelo teor dos acontecimentos descritos. Na última página, o relato alusivo à formatura em medicina de Paulo da Silva e Souza, é precedido da data e do local de escrita: Santa Maria, 14 de dezembro de 1950, sendo esta a provável data de conclusão da escrita da autobiografia.

¹¹ O médico Pantaleão José Pinto foi uma figura expressiva no contexto das práticas de cura em Santa Maria/RS, no final do século XIX, sendo o primeiro médico formado da cidade, além de exercer diferentes cargos políticos, como o de Vereador e de Presidente da Câmara Municipal, e construindo uma imagem de homem sábio e médico abnegado e humanitário (WITTER, 2001, p. 82-83).

¹² Como destaca Girardi (2014), o número de crianças e jovens que ingressaram no Lar é provavelmente divergente do número de registros que constam nos livros, em virtude de imprecisões e erros de preenchimento.

¹³ A Legião Brasileira de Assistência (LBA) foi criada em 1942, durante o Estado Novo, com o objetivo de oferecer serviços de assistência social, de forma direta ou em colaboração com instituições privadas. A primeira presidente da LBA foi a primeira-dama Darcy Vargas, e todas as demais presidentes, até a extinção do órgão, em 1995, foram as primeiras-damas.